



Paciência, persistência e imaginação. Lentidão, demora, burocracia. É o Paço! E todos os Paços do nosso imaginário!

A história da Biblioteca Pública de Braga é exemplar quanto a estes aspectos.

Passo a passo, esta Biblioteca instalada no antigo Paço dos Arcebispos, tem percorrido os passos de um longo calvário com estações nos Paços do Concelho, no Terreiro do Paço, no Largo do Paço.

Mas recuemos no tempo para encetar esta viagem que começa em 1834, quando a Câmara de Braga envia uma “representação” à Prefeitura da Província do Minho, pedindo “o estabelecimento literário de uma biblioteca pública para ilustração do povo”.

E embora o pedido tenha sido favoravelmente aceite por Lisboa, a BP só viria a ser criada por carta de lei de 13 de Julho de 1841, promulgada pela rainha D. Maria II, na sequência do interesse manifestado por A. Garrett. Aliás já no ano anterior tinha sido decisiva a interferência do escritor na nomeação de Manuel Rodrigues da Silva Abreu, o primeiro bibliotecário de Braga, então incumbido de “coligir e examinar as bibliotecas dos extintos conventos do distrito de Braga”.

Foi sobretudo para conservar e tratar as livrarias de 20 conventos da região de Braga que a BP foi criada e a esse trabalho se entregou de alma e coração aquele dedicado bibliotecário.



BRAGA. - Igreja dos Congregados - Lyceu e Bibliotheca Publica

A Biblioteca Pública de Braga esteve instalada de 1841 a 1934, no antigo Convento dos Congregados (postal de Manuel Carneiro, c. 1905).

Do trabalho estrénuo que realizou, das vicissitudes porque passou, das lutas que teve de travar contra a ignorância, a insensibilidade ou interesses ocultos de algumas vereações bracarenses – a quem competia garantir o funcionamento da biblioteca instalada em dependências do antigo Convento dos Congregados – deixou-nos Alberto Feio num emocionado e sentido relato, nas suas notas históricas sobre a BPB, para cuja leitura remeto os interessados (remeto e aconselho).

Entre a ideia da criação da biblioteca e a carta de lei que lhe deu corpo passaram 7 anos, mas decorrerão mais 16 até a biblioteca ser oficialmente inaugurada, contra vontade de Silva Abreu que durante aquele período, praticamente sozinho catalogou e tornou acessíveis ao público os cerca de 20 mil volumes que tinha reunido.

Só em 1865, tinha Abreu já 72 anos, foi nomeado o segundo bibliotecário que ele insistentemente pedia desde 1844, de acordo com uma carta de lei promulgada nesse ano, que a tal obrigava a Câmara Municipal.

Falecido R. Abreu em 1869, a BP atravessou períodos difíceis, com sucessivos bibliotecários a ocuparem o seu lugar, alguns dos quais através do desleixo, do roubo ou da venda de livros preciosos deixaram tristemente assinalada a sua passagem pela biblioteca.

A proclamação da República marca um período mais positivo na história da Biblioteca, encetado com a nomeação de Alberto Feio, logo em 1911, como seu responsável e com a necessária moralização daí decorrente.

Entretanto, a Biblioteca tinha ficado a depender da Inspeção Superior das Bibliotecas Eruditas e Arquivos e, liberta da tutela camarária, passara para a do poder central.

Logo a seguir via os seus fundos enriquecidos com as livrarias das casas congreganistas entretanto extintas, bem como com as de outras instituições religiosas.

Este facto tornou acanhadas as instalações de que a BPB dispunha e A. Feio procurou uma alternativa: a solução, apontada em 1918 (repare-se, em 1918) e logo aprovada pelo Governo era a da recuperação do antigo Palácio do Arcebispo D. José de Bragança, destruído por um incêndio em 1866 e em total ruína.

Tratava-se de uma obra de vulto e extremamente cara. A situação económica do país não era nada brilhante e o restauro do palácio ia sendo adiado, funcionando a biblioteca, com mais de 50 mil volumes, em condições deficientíssimas.

Só em 1930 foi possível começar a concretizar a solução proposta em 1918.

As obras do edifício foram cuidadosamente realizadas pela D.G. Edifícios e Monumentos Nacionais sendo as novas instalações, englobando o Arquivo, solenemente inauguradas em 2 de Dezembro de 1934, como o dr. Egídio Guimarães (cuja falta sinto em especial neste dia) recorda no seu artigo “Morte e ressurreição de um palácio” e a imprensa da época bem documenta.



A Biblioteca Pública de Braga está instalada desde 1934 no antigo Palácio do Arcebispo D. José de Bragança

Na altura, A. Feio, o grande obreiro deste trabalho magnífico, moderno para a época, já prevenia que o novo edifício resolvia durante 30 anos o problema da acomodação das colecções do Arquivo e da Biblioteca, que passara a beneficiar do Depósito Legal desde 1932.

Escoaram-se já quase 60 anos. A Biblioteca impôs-se, tornou-se uma referência cultural importante, por ela passaram gerações de estudantes, investigadores ou simples apaixonados da leitura, sobretudo jovens, mas viveu sempre com dificuldades acrescidas.

No princípio dos anos 60 os problemas atingem proporções assustadoras. O quadro de pessoal (da Biblioteca e do Arquivo) era reduzidíssimo, as verbas escassas. A catalogação ia-se atrasando, rapidamente atinge os cem mil volumes de obras por tratar. Os jornais e revistas vão-se acumulando, a esmo pois dificilmente se conseguem adquirir estantes. As condições de trabalho, numa biblioteca que entretanto reunira colecções importantes como o Fundo Barca Oliveira, ou as livrarias de Carrington da Costa e Manuel Monteiro, eram deficientíssimas, como os relatórios, por vezes amargos, do Dr. Egídio Guimarães, director na época, timidamente revelam.

A integração na Universidade do Minho, quase coincidindo com o 25 de Abril de 1974, permite acalantar algumas esperanças que se começam a concretizar com a nomeação em Julho de 1978 do Dr. Santos Simões para presidir a um conselho de gestão de que fazia parte a Dr.<sup>a</sup> Helena Laranjeiro e que se manteve em funções até 1981.

Durante aquele período e nos anos subsequentes são realizadas obras de conservação no edifício, renova-se a instalação eléctrica, monta-se um sis-

tema de detecção de incêndios, adquire-se mobiliário e equipamento, inicia-se a “batalha da catalogação” e adere-se ao sistema de cooperação catalográfica, tratam-se as publicações periódicas, reanima-se a secção infantil, realizam-se actividades de animação (em que Braga ocupa lugar pioneiro e de relevo), é admitido pessoal qualificado, transfere-se a sala de leitura, que não correspondia à procura, para o Salão Medieval, começa-se a pensar na informatização.

Entretanto, num relatório sobre a situação da BPB, por mim elaborado em 1979, para além das referências ao quadro de pessoal, questão sempre presente, alerta-se já para o problema preocupante da falta de espaço e avançam-se algumas sugestões.

Pensava-se, de acordo com as indicações da Reitoria da altura, que a Biblioteca tinha uma área natural de expansão, a ala nascente do conjunto do Largo do Paço, que os serviços centrais da Universidade deveriam abandonar em anos próximos.

Porém, essas intenções foram sendo adiadas e a partir de certa altura a sentença foi dada: a biblioteca teria que desistir daquele espaço, que à partida reunia condições ideais para a sua expansão e redimensionamento, numa altura em que a ideia da Leitura Pública começava a ganhar expressão no país, mercê da aposta da então Secretária de Estado da Cultura, Dr.<sup>a</sup> Teresa Gouveia.

Começam a ser estudadas soluções alternativas, como p.ex. a da construção de uma sala de leitura e de um depósito subterrâneo no jardim interior da Biblioteca, que acaba por ser abandonada por se revelar de difícil concretização.

Entretanto vão-se agravando outros problemas, mais concretamente os dos espaços de leitura e de armazenagem.

O Salão Medieval não reúne condições, para além de razões assás conhecidas, para ser uma sala de leitura cómoda e atrativa. Os depósitos reben-tam pelas costuras e as espécies começam a ser arrumadas em condições tecnicamente pouco aconselháveis, incorrectas mesmo. Surge o perigo de se voltara cair numa situação que se pensava completamente ultrapassada.

A criação da PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográficos) em 1989, iniciativa a todos os títulos louvável e necessária, prejudica o sistema de cooperação catalográfica vigente porque abdicando da elaboração de produtos impressos (fichas, boletins bibliográficos, listagens) começa a provocar grandes atrasos na catalogação do depósito legal, problema que atinge as principais bibliotecas do país e que em Braga se faz sentir com maior incidência dado que o seu quadro de pessoal, pelo menos em número, não corresponde às necessidades, e a formação e equipamento em termos informáticos se faz lentamente e com grandes dificuldades (com grande responsabilidade da minha parte, não receio confessar).

As imensas potencialidades em matéria de fundos, que esta Biblioteca encerra, não estão a ser convenientemente exploradas, o que causa enorme frustração a quem aqui trabalha ou a quem a ela recorre por necessidade ou prazer.

Para além de graves ameaças quanto à conservação do seu património bibliográfico, agravadas por problemas que afectam o próprio edifício, – é pena, por exemplo, não ser possível publicar um catálogo da Secção de Reservados ou tratar convenientemente, explorar e divulgar a iconografia (das gravuras antigas aos cartazes recentemente oferecidos) ou determinadas colecções (sermões, livros de belas artes, a Livraria Carrington – que, penso, deveria merecer alguma atenção do Instituto de Educação).

Como se vê, a belíssima fachada de traça soaresca do Palácio setecentista e a impressionante mole granítica do Paço medieval ocultam um mar de problemas e preocupações que neste dia significativo, que devia ser de festa, não podem ser esquecidos ou minimizados. Contra essa omissão se levantariam as vozes de inúmeros leitores, mas sobretudo de um conjunto de funcionários competentes e dedicados, conscientes da gravidade dos problemas existentes e que os vão procurando ultrapassar sempre com o objectivo de melhor servir os leitores, com boa vontade e espírito de sacrifício. E falando dos funcionários, não posso deixar de recordar Brecht:

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?  
Nos livros vem o nome dos reis.  
Mas foram os reis que transportaram as pedras?*

Como no passado sucedeu com os Paços do Concelho ou com o Terreiro do Paço, tem sido até agora o Largo do Paço o alvo dos nossos anseios, das nossas expectativas e, porque não dizê-lo, das nossas queixas?

Mas poderá ser a Universidade do Minho a única entidade responsabilizada, responsável por esta situação?

Como em diversas ocasiões o tem afirmado o Senhor Reitor, a UM não vê o seu orçamento beneficiado, num tostão que seja, para compensar os investimentos (em pessoal, em equipamento, em funcionamento) que faz na Biblioteca.

Tem como contrapartida os fundos preciosos, o Depósito Legal e o prestígio de uma instituição cultural com 150 anos de existência, que é de Braga, que é da Universidade, mas que é sobretudo uma componente importante do património cultural deste país.

Reveste-se por isso de especial significado a assinatura do contrato programa entre o IPLL (SEC), UM e CMB a que acabamos de assistir e que poderá ajudar a dissipar algumas das nuvens negras com que realista e conscientemente ensombrei esta cerimónia.

A política nacional de leitura pública que, para mim, pode estar (se não está já), na base de uma profunda alteração das práticas culturais dos portugueses, – é uma verdadeira política de desenvolvimento cultural para a generalidade da população – é já uma realidade, espero que irreversível e cuja continuidade terá que ser assegurada. A simples constatação do avanço do iletrismo, só por si, bastará para justificar a sua existência e manutenção.

Na sua vertente voltada para as grandes metrópoles, surge o projecto Bibliopolis a que Braga acaba de aderir e cuja concretização muito dependerá

da colaboração entre o Terreiro do Paço, o Largo do Paço e os Paços do Concelho.

A cedência à UM pela SEC, do edifício e cerca do antigo Albergue Distrital, ainda não consumada devido a atrasos inexplicáveis do IPPC, para nele ser instalado o polo de leitura pública da BPB e permitir a ampliação urgente e necessária das suas instalações, é o ponto de partida essencial para que este projecto se concretize. Mas, para tal é absolutamente necessário que a biblioteca disponha, apenas para si, de todo o espaço cedido, de modo a que os seus fundos passem a dispor de condições mínimas de armazenamento e utilização, isto sem prescindir do edifício da Praça do Município, onde deverão permanecer as colecções de valor patrimonial. O desenvolvimento da Biblioteca, o futuro da leitura pública nesta cidade, a conservação, utilização e rentabilização cultural do seu património bibliográfico e documental assim o exigem, sem tibiezas ou cedências. Neste ponto não posso deixar de expressar algumas palavras de profundo reconhecimento a pessoas e entidades que permitiram que o sonho começasse a ganhar contornos de realidade.

Em 1.º lugar a Dr.ª Maria José Moura, actualmente assessora da Subsecretária de Estado da Cultura que, desde 1983 apostou nesta biblioteca e no seu futuro e que através do IPLL lhe foi facultando apoios e incentivos que permitiram a aquisição de equipamento, a edição de textos e a realização de inúmeras actividades de animação, para adultos e crianças, as quais, neste campo, nos colocam na vanguarda das bibliotecas portuguesas.

Em 2.º lugar, a Dr.ª Teresa Calçada, directora dos Serviços de Leitura Pública do IPLL, interlocutora atenta, interessada e amiga, que sempre nos tem apoiado e incentivado.

E em 3.º lugar, o antigo Presidente do IPLL, Dr. J. Afonso Furtado, a quem presto a minha homenagem e lamento não ver aqui presente para assinar o contrato-programa – perdoe-me esta indelicadeza, senhora Subsecretária de Estado, mas o coração às vezes tem que se sobrepor às malhas que o império tece e que involuntariamente nos enredam. Evoco o Dr. J. A. Furtado porque com as Dr.ªs M. J. Moura e T. Calçada sempre se bateu e interessou empenhadamente na adesão da BPB ao projecto Bibliopolis.

Mas dentro da Universidade, para além do senhor Reitor, a Biblioteca não pode deixar de exprimir a sua gratidão ao Senhor Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, presidente do Conselho Cultural, onde nos encontramos integrados e do qual sempre temos recebido provas do maior interesse e solidariedade e sobretudo ao Senhor Prof. Dr. Victor Aguiar e Silva, vice-reitor para as Unidades Culturais, cuja sensibilidade e compreensão dos reais problemas com que a BPB se debate fizeram com que, na hora certa, assumisse a vontade de levar o projecto para a frente.

Nesta sessão não posso deixar de referir, pelo significado especial de que se reveste, a entrega da medalha da cidade, concedida pela Câmara Municipal à sua mais antiga instituição cultural, na sequência de um processo desencadeado na Assembleia Municipal pelo deputado, escritor e especial

amigo desta Biblioteca José Manuel Mendes, e o anúncio do Prémio de História Contemporânea, instituído por iniciativa do Doutor Victor de Sá, factos que outros intervenientes na sessão abordarão com pormenor.

Não será justo porém evitar uma palavra de profunda gratidão ao Doutor V. Sá, um homem que desde muito novo se apercebeu da importância das bibliotecas e da leitura e que num acto de enorme generosidade e compreensão doou à BPB o seu precioso arquivo de documentação, criando as condições necessárias para a instituição de um prémio destinado a jovens investigadores da História Contemporânea de Portugal.

Para assinalar esta data a Biblioteca organizou duas pequenas exposições, com meios artesanais, cuja concretização se deve ao esforço e à dedicação dos funcionários que nelas trabalharam.

Mas esta efeméride penso que fica dignamente marcada pelo belo trabalho gráfico que Luis Cristóvam Dias realizou e que se traduz na publicação que apresentamos – uma espécie de guia que a Biblioteca nunca teve, cuja edição foi apoiada pelo IPLL. Ao seu profissionalismo, à sua competência e sobretudo ao seu bom gosto e sensibilidade artística rendo as minhas homenagens.

Devo agradecer ainda ao “Correio do Minho” (e ao jornalista Artur Moura) o suplemento que, com raro sentido de oportunidade, dedicou ao sesquicentenário da BPB.

Aproveito para anunciar que, integrado nestas comemorações se realizará em Braga, no próximo ano, o IV Congresso Nacional dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses, acontecimento que certamente se revestirá de grande importância e repercussão.

Pre vemos também, para data a indicar, a realização de uma exposição bibliográfica intitulada “Livros do Mundo”, com obras significativas da literatura universal oferecidas pelas embaixadas dos países acreditados em Portugal.

E para terminar, volto ao ponto de partida. Uma biblioteca com 150 anos de existência tem o direito de exigir ao país cuja memória conserva, à cidade que suscitou a sua criação e dela se serve e à Universidade que a acolhe e sustenta, mas dela retira importantes dividendos culturais – uma biblioteca como esta, repito, tem o direito de exigir que todos apostem, decididamente, no seu presente e sobretudo no seu futuro, já que a memória da história, da história que contei, deve ajudar a prevenir desgraças.

Tem que haver vontade política e meios financeiros, conjugação de esforços a que a Administração Central e a Autarquia não se poderão eximir, para que a biblioteca possa cumprir cabalmente a sua missão.

Existe um património bibliográfico significativo a conservar e a divulgar; existem colecções de livros que devem circular, ser lidos, consumidos; há em todo o concelho uma multidão ávida de conhecer, de se informar, de ocupar de maneira criativa ou agradável as suas horas de lazer e que precisa de uma verdadeira biblioteca, de uma rede de bibliotecas.

E para que isto aconteça, foi definida uma política de leitura pública que

em Braga ainda não encontrou a sua verdadeira expressão, embora aqui existam condições ideais para que tal aconteça, além de uma prática em certos aspectos exemplar.

Assim os diversos poderes o entendam e queiram, e Braga não morrerá lentamente à míngua de recursos culturais nos domínios do livro, da leitura, do audiovisual e de outros suportes de informação.

Em toda a Europa na qual nos queremos integrar, a existência de uma biblioteca pública é um direito reconhecido em todas as comunidades, exigido por toda a população. A ela o acesso deve ser livre e gratuito, a sua implantação efectiva em qualquer ponto do território, as suas colecções, enciclopédicas e libertas de qualquer tipo de censura. A biblioteca é uma instituição democrática, um espaço de liberdade aberto a todos e que a todos, onde quer que se encontrem, deve procurar atingir.

A biblioteca que queremos será o refúgio da memória e a memória do futuro, um equipamento lúdico e criativo, um espaço de reflexão, de debate e de interrogação, cais das nossas realidades e das Atlântidas por descobrir.